

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: não mais um mito e sim uma realidade

**Autora: Aleteia Cristina Bonini Bárbara<sup>1</sup>**  
**Orientadora: Franciene Penderiva<sup>2</sup>**

### RESUMO

O presente trabalho pretendeu pesquisar e refletir a Educação Especial Inclusiva a partir de alguns estudos relevantes, dentre eles as origens da Educação Inclusiva, seus principais conceitos, procedimentos e suas implicações pedagógicas voltadas para a Inclusão, tendo em vista que esta é uma realidade, mais que isto incluir é um direito iminente, inerente à espécie humana. Incluir em educação é direito social inalienável e como tal requer por parte das instituições educacionais a quebra de alguns paradigmas da segregação, da desintegração social, da desaptação social é especificamente a capacitação de docentes para atuação neste ramo específico da educação, que certamente não é neutro, ao contrário ele suscita muitas discussões e posicionamentos, quer estes favoráveis, quer desfavoráveis à Inclusão e os atuais procedimentos pedagógicos para sua implementação de fato, sobretudo na rede regular comum de ensino uma vez esta historicamente vinha sendo aplicada em instituições ditas “especializadas”. É sabido que neste modelo educacional as pessoas eram segregadas, cuja principal consequência era a desagregação social, isto porque sendo o ser humano um ser eminentemente social, não tinha a oportunidade de conviver com seus pares. Tal realidade vem mudando apesar das controversas e muitos paradigmas arraigados. A metodologia deste trabalho é exclusivamente bibliográfica e visa aprofundar o tema escolhido, delimitar o problema, descrever, sistematizar e contextualizar o assunto através de livros, revistas, sites científicos relativos ao tema.

**Palavras-chaves:** Educação Especial Inclusiva. Paradigmas Educacionais

---

<sup>1</sup>Graduada em Letras, pela FEPESMIG. Supervisão, pelo Centro Universitário do Sul de Minas. Pós Graduada na mesma instituição. [aleteiabb@hotmail.com](mailto:aleteiabb@hotmail.com)

<sup>2</sup>Graduada em Pedagogia, pelo Centro Universitário do Sul de Minas. Pós-Graduada em Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade Newton Paiva. Pós Graduada em Aspectos Metodológicos e Conceituais da Pesquisa Científica, pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. [orientadorafranciene@unis.edu.br](mailto:orientadorafranciene@unis.edu.br)

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende analisar a Educação Inclusiva sob o prisma de sua evolução histórica no Brasil e no mundo, bem como os processos de transformação e evolução pelas quais passou e vem passando no mundo contemporâneo.

É inegável que uma revolução em educação especial para que esta se torne de fato inclusiva requer que os processos didáticos- pedagógicos bem como seus procedimentos estejam claros e explícitos nos documentos legais e na práxis em sala de aula. Especificamente nesta pesquisa as salas regulares de ensino comum.

Para muitos estudiosos e diante da realidade atual que envolve um processo de inclusão, é necessário perguntar se a Educação Inclusiva tal qual se configura é mesmo uma realidade ou ainda uma utopia.

Partindo da permissa que todo paradigma propõe problemas e soluções, diversos valores e percepções e até mesmo a análise à luz da comunidade científica, o paradigma da inclusão de pessoas com deficiência ainda é um grande desafio no que tange ao processo educacional.

Em tratando-se da atual situação brasileira ainda há vertentes que tratam a inclusão com foco na deficiência em si, sobretudo os opositores que preconizam a segregação, integração sem nenhum tipo de associação com as teorias científicas. Este fato gera muitas polêmicas pois perpetua a injustiça e a desigualdade.

Refletir a Educação Inclusiva, requer o abandono do senso comum, uma vez que esta não surgiu por acaso ao contrário trata-se de uma construção histórica cujo o produto é a realidade educacional das sociedades contemporâneas. Assim sendo foram necessárias muitas reuniões e convenções que trouxessem do privado, individual e particular e até mesmo singular para o público e social, mais que isso oficial o problema da inclusão.

A metodologia deste trabalho é exclusivamente bibliográfica e visa aprofundar o tema escolhido, delimitar o problema, descrever, sistematizar e contextualizar o assunto através de livros, revistas, sites científicos relativos ao tema.

## **2 PARADGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ORIGEM HISTÓRICA**

De acordo com MRECH (1999), a nova concepção de ser humano enfocadas pela emergência da Psicanálise, o surgimento da Psicanálise, o surgimento da Psicopedagogia bem como o movimento de desinstitucionalização manicomial são as bases que fundamentam a reflexão sobre o paradigma da Educação Inclusiva de acordo com a autora, foi a partir daí que se delinearam a questão da inclusão como problema social.

De acordo com FREUD apud MRECH (1999) e LUCAN muito contribuíram para esse processo ao conceberem o ser humano enquanto ser uno e complexo nos aspectos da linguagem do inconsciente e sexualidade. De acordo com esses autores a relação entre os sujeitos e a sociedade podem ser de construção ou de desconstrução. A partir da premissa de que os seres humanos não são produtos já dados biologicamente, mas sim construídos a partir das relações entre as estruturas biológicas e construções individuais e sociais são os princípios mesmos que insipientes, cujo o foco da escola vai para além do cognitivo, passa a se pensar também na afetividade dos alunos.

De acordo com MANNONI apud MRECH (1999), que trabalhou com crianças deficientes desde 1949, as crianças autistas, psicóticas e portadoras de outras deficiências sempre foram estigmatizadas pela cultura ocidental.

Para MANNONI apud MRECH (1999), foi a partir de 1964 que passou a dar importância à criança com deficiência, sobretudo no que se refere à linguagem humana, princípio básico das relações humanas. Foi neste período também que se deu a importância à angústia familiar diante de um filho deficiente neste sentido MANNONI, apud MRECH pág. 48,(1999), afirma que é necessário ter um novo olhar, para a criança deficiente e sua família, a autora questiona o próprio conceito de deficiência e de que forma o sistema educacional pode intervir para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos, assim sendo vem à tona também a questão do “fracasso escolar” uma vez que este advém dos fatores sociais, culturais e educacionais. Fracasso esse que sempre foi o grande paradigma dos alunos com deficiência na qual sempre esteve presente a dicotomia normalidade/anormalidade, escola comum/ escola “especializada”. Desta ideia corrobora COLL, CÉSAR e outros (1995, pág.12).

Para MANONONI (1977), é necessário questionar a aplicação direta do conceito de deficiência com vistas a ampliar a luta pelos direitos humanos em si cujo objetivo principal

seja que todos os sujeitos tenham acesso e direito garantindo aos mesmos parâmetros e ingresso nos processos sociais e educativos, até mesmo porque para esta autora a criança com deficiência em sua essência é muito maior que uma mero quadro clínico na qual geralmente se tenta encaixá-la.

Estes movimentos sociais datam de 1948 com a Declaração Universal de Direitos Humanos ganhou força, principalmente na França na década de 60, pautado principalmente no conceito de situação utilizados por autores como Henri Wallon e Jacques Lacan, isto porque estes analisam o sujeito não mais isoladamente, mas sim a partir do contexto social no qual este está inserido. Neste sentido Wallon afirma:

A partir do conceito de situação se evidenciou que, o sujeito, e sua ligação com o ambiente é de tal ordem que não há nem dentro nem fora, sendo difícil separar onde o sujeito começa e o ambiente termina. (WALLON, 1997, pág. 89)

Assim sendo, através do conceito de situação pode-se criticar as concepções de privilégio apenas do indivíduo como fator determinante do processo. Se é verdade que é extrema importância os contextos sociais como elementos estratégicos transformadores da cultura, da sociedade e dos sujeitos não se pode oferecer ao sujeito uma educação em ambiente menos restritivo, até mesmo porque sua evolução natural depende do ambiente é da situação na qual se encontra estas criam ou não condições necessárias para o seu desenvolvimento. Se assim o é o conceito nuclear em Educação Inclusiva porque o ser humano aprende em situações contextuais e convivendo com seus pares.

Este conceito muda a maneira como os deficientes vinham sendo tratados ao longo da História pela sociedade. Até a década de 60 era comum que os deficientes fossem deixados em casa e abandonados pela família estavam, portanto excluídas das instituições educacionais sobretudo na Europa e nos Estados Unidos onde surgiu em 1975 a primeira lei pública de defesa dos direitos dos portadores de deficiência. São destinados a partir de então serviços comunitários a esse público que preconiza uma educação com ênfase ao desenvolvimento dos processos cognitivo, afetivo e social dos alunos.

A partir da década de 60 e 70 com o movimento de desinstitucionalização manicomial e conseqüentemente do atendimento excludente, isto é saúde física e psicológica do indivíduo traz reflexo também para a educação na perspectiva da inclusão.

Em 1968 a Unesco foi uma das vertentes que passa a defender a Educação Inclusiva através da filosofia de igualdade de acesso à educação com vistas a integrar todos os cidadãos nos principais segmentos: econômicos, social e participação ativa na comunidade. Foram delineados a partir de então alguns objetivos da Educação Inclusiva bem como seu público alvo.

A educação inclusiva deveria abranger as crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas e possibilitar ao máximo o desenvolvimento das aptidões individuais desde a mais tenra idade. Foi a primeira vez que se estabeleceu metas, objetivos e até mesmo flexibilização, se necessário fosse (UNESCO, 1968 [18]).

O paradigma da inclusão sucinta a partir daí o sujeito em sua plenitude, enquanto ser histórico social e não sua deficiência, inicia-se então a busca por uma sociedade de fato inclusiva.

### **3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

De acordo com FERREIRA e GLAT (2001), a evolução histórica da inclusão no Brasil ocorreu a passos lentos e ainda é uma de debates e muitos questionamentos. Até mesmo porque não havia até a década de 80 escolas inclusivas, mas sim integracionistas. Nas quais reunia-se vários indivíduos com deficiências semelhantes. O atendimento estava mais voltado para o aspecto clínico do que educacional propriamente dito. As bases eram até então filantrópicas e assistencialistas. Políticas públicas voltadas para a educação inclusiva eram inexistentes.

Segundo os autores supracitados somente a partir de redemocratização do país nos anos 80 ocorreu de fato políticas importantes voltadas para a inclusão. A mais importante delas a Constituição de 1988, que institui vários direitos sociais. A Constituição de 1988, além de afirmar o direito público e subjetivo à educação para todos, assegura em seu artigo 208 o dever do poder público em ofertar o Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede comum de ensino. A partir desta Constituição surgem outros documentos que reforçam o atendimento as pessoas com

deficiência: dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), O Plano Nacional de Educação (PNE,2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001).

De acordo com o Programa Nacional de Educação Inclusiva (2001) no Brasil, os movimentos sociais em prol da inclusão evidencia duas situações que são paradoxais, a primeira se refere ao Atendimento Educacional Especializado com uma leitura de que o atendimento desses alunos deveria ser feito única e exclusivamente por profissionais da “Educação Especial” em função de suas necessidades específicas. A efetivação da mesma provocou uma interpretação equivocada direcionada para a prática integracionista.

A segunda questão se refere à definição de quem é o aluno com necessidade educacional especializada no ponto de vista normativo. Embora controversas e muitas vezes mal interpretadas, tais questões foram relevantes para a definição do público alvo, a ser atendido, no final da década de 80pós Salamanca expresso na (LDB), Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resolução nº2/01 do CNE (Conselho Nacional de Educação) que caracteriza enquanto público da Educação Especial os indivíduos (com dificuldade acentuada de aprendizagem e/ou limitações no desenvolvimento com ou sem base orgânica) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada, altas habilidades e superdotação.

A partir da definição de quem é o aluno com necessidade especial a própria LDB (Lei Diretrizes e Bases) e o CNE (Conselho Nacional de Educação preconizam que estes alunos devem ser matriculados preferencialmente na rede comum de ensino, entenda-se neste documento por rede comum com atendimento concomitante as classes especiais quando este assim exigir jamais em caráter subjetivo ao ensino comum (Resolução nº2/01).

Diante do exposto, isto é da legislação vigente estados e municípios passam a investir em políticas públicas que implementam uma educação verdadeiramente inclusiva, com muitas lacunas a serem sanadas e verdade. Um dos grandes avanços foi a transferência de matrículas de instituições filantrópicas para rede comum de ensino. Em termos quantitativos as matrículas de alunos com necessidades educacionais especializado vem aumentando desde 1995 ( FERREIRA, GLAT 2001).

A implementação de estruturas e adaptações são fatores fundamentais para a implementação da inclusão nas escolas, sobretudo na rede pública de ensino, dentre eles o desenho universal, os ambientes, meios de transporte, cuidados com instalações, tecnologias e

equipamentos que estejam voltados a atender os alunos em suas diferenças. Há que se investir em pesquisas na área de acessibilidade nos meios acadêmicos e científicos. A escola enquanto subsistema do sistema social para que seja de fato inclusiva deve estar inserida em uma nova organização especial, cultural e social.

#### **4 A MATERIALIZAÇÃO DA INCLUSÃO NA ESCOLA: PRINCIPAIS ELEMENTOS NORTEADORES**

Ao analisar o paradigma da inclusão é necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças. Aplicar a inclusão requer portanto, ações políticas conscientes a partir do pressuposto que todos tem os mesmo direitos e deveres e cujo foco seja a valorização do indivíduo e desenvolvimento de suas potencialidades. Para que isso ocorra há que se eliminar as barreiras que impeçam o desenvolvimento individual , objetivo principal da Educação Especial Inclusiva, neste sentido a Constituição Federal de 1988, afirma:

Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). (...) a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede comum de ensino (Art. 208).

Diante do exposto no decorrer deste texto, O Brasil está em pleno desenvolvimento dos processos inclusivos do ponto de vista legal, porém autores como SILVA e FACION ( 2008, p.186) chamam a atenção para a responsabilidade em relação a inclusão, de acordo com esses autores além de inserir os alunos na rede comum de ensino o que para os mesmos é justo, faz-se necessário que haja muita reflexão e preparo do contexto escolar pois o que deve ser priorizado de fato é a singularidade de cada indivíduo e de cada situação em particular. MONTAÑA(1996), concebe a inclusão como forma de inovação na escola, para essa autora a inclusão não prevê métodos específicos para esta ou aquela deficiência cada aluno se desenvolve a partir das potencialidades individuais. LIBÓRIO e CASTRO (2005), com base

na Declaração de Salamanca também propõe a inclusão de todos os indivíduos na rede comum de ensino.

Para que a Inclusão ocorra, porém alguns fatores norteadores são necessários dentre eles o PPP (Projeto Político Pedagógico), isto porque trata-se do instrumento orientador, que define as principais ações na escola. É a partir deste documento que a escola define suas principais e mais importantes ações educacionais, dentre elas metas, objetivos, relação com a comunidade, inclusive qual é seu público alvo, quais suas necessidades e quais necessidades possuem. Logicamente este poderá estabelecer que elementos serão necessário para implantação da inclusão da escola pública, seja do ponto de vista arquitetônico, de transporte, recursos materiais e humanos.

O desenvolvimento do PPP( Projeto Político Pedagógico) pressupõe reflexão, organização e ações participativas de todos, é portanto um documento coletivo cujo o interesse é comum e passivo de mudanças, análises e avaliações. É um documento articulado dentro da perspectiva de formação plena do educando. (VEIGA,1995,p.13)

O processo de formação profissional é outro fator determinante para a materialização da Inclusão na escola, sobretudo na rede pública onde a grande maioria alunos são atendidos. Neste sentido a Política Nacional da Educação Especial Inclusiva (2007) define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma modalidade de ensino que deve perpassar por todos os níveis e modalidades de educação.

Trata-se portanto, de mais um suporte para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Lançado em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem como eixo de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) bem como a implantação das salas recursos multifuncionais. Cabe ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) utilizar os serviços e recursos próprios deste atendimento para orientar alunos, professores de sala comum e demais membros da escola em relação ao cotidiano dos alunos atendidos pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado), quer em sala de aula, quer em dependências da escola.

O Atendimento Educacional Especializado é uma política de caráter complementar e suplementar , jamais substitutivo.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas em sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

O movimento de inclusão é indubitavelmente pautado em ações políticas inerentes a democracia nos aspectos culturais, pedagógicas, sociais e políticos considerando o direito de todos de poderem aprender e participar e estarem juntos. Partindo dessa permissa a educação inclusiva faz parte de uma paradigma educacional cujo fundamento é a plena concepção dos direitos humanos e princípio de luta pela igualdade social. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO, 2008)

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O paradigma da inclusão está ligado ao próprio desenvolvimento da sociedade ocidental e da escola em especial não somente por tratar-se de uma instituição que reflete os aspectos da sociedade, mas também que o reproduz e como tal responde à diversidade dos indivíduos que dela faz parte. Neste sentido não diferente com o fato da inclusão isto porque muitos aspectos estão relacionados à própria constituição e evolução histórica da sociedade e seu olhar sobre a deficiência.

Sem dúvidas a história da Educação Inclusiva ou mesmo a implementação da mesma é muito recente, feita de avanços e recuos até mesmo porque a História é cíclica e com a instituição escolar não é diferente. Muitos princípios estão subjacentes nas diferentes etapas dentre os principais: a exclusão, segregação e inclusão. Era comum os indivíduos deficientes serem excluídos, escondidos e até mesmo assassinados, num outro momento passa a ser segregados, afastados da família e do convívio social em orfanatos, manicômios e outros.

A partir do início século XX começa a ocorrer uma insipiente integração, o que perdura durante praticamente todo o século XX, mais especificamente a partir de 1981 com diversos movimentos internacionais começa-se implementar a inclusão. No Brasil

especificamente a partir da redemocratização do país em meados da década de 80 do século XX e, por força legal.

É sabido e notório que foram muitas as controversas, as más interpretações de leis e práticas pedagógicas equivocadas. Vários fatores porém são inegáveis dentre eles o estabelecimento dos direitos sociais inalienáveis. A Educação Especial Inclusiva é fato na sociedade ocidental, os movimentos sociais nacionais e internacionais e mesmo os fatores humanísticos e sociais que fazem da inclusão um processo social fundamental para o pleno exercício da cidadania e consolidação da democracia, afinal a educação é direito de todos e, portanto para todos.

## **ABSTRACT**

### **INCLUSIVE EDUCATION: no longer a myth but a reality**

This work you want to search and reflect the Special Inclusive Education from some relevant studies, including the origins of Inclusive Education, its main concepts, procedures, and their pedagogical implications aimed at inclusion, given that this is a reality, more this include is imminent right inherent to the human species. Include education is an inalienable social right and as such requires by educational institutions to break some paradigm of segregation, social disintegration, social desaptação is specifically the training of teachers for performance in this particular branch of education, which is certainly not neutral on the contrary it succinctly much discussions and positions, whether favorable estres or unfavorable to inclusion and current pedagogical procedures for implementation of fact, especially in the common regular network once this school historically was being applied in these institutions "specialized". It is known that this educational model people were segregated, whose main consequence was the social breakdown, this being because the human being a being eminently social, had the opportunity to socialize with their peers. This reality has changed despite the controversial and many entrenched paradigms. The methodology of this study is exclusively bibliographic and aims to deepen the chosen theme, define the problem, describe, organize and contextualize the subject through books, magazines, scientific sites on the subject.

**Key words:** Special Inclusive Education. Educational Paradigms

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** Lei 9.394/96. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação . **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil , Artigo 205.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, 2001.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação.** Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

COOL, César e outros, **Desenvolvimento Psicológico e Educação , Necessidades educativas Especiais e Aprendizagem Escolar .** Porto Alegre, Artes Médicas , 1995, p. 10.

FERREIRA, J. R e GLAT, R Reformas Educacionais pós – LDB: **A Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais no Contexto da Municipalização.** In: Souza, D. B e Faria, L. C, M Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós – LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de Diálogo sobre Preconceito, Políticas de Inclusão Escolar e Formação de Professores. In: **In Valores, Preconceitos e Práticas Educativas.** São Paulo: Casa da Psicologia, 2005.

MANNONI, Muad e Octave – **El Estallido de las Instituciones.** Buenos Aires, Cuadernos Sigmund Freud no 2 e 3 , p.48

MANNONI, Muad e Octave – **A criança atrasada e a mãe.** Lisboa, Moraes Editores,1977, p.41.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença nas escolas- questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiência**, 1996. Disponível em: [www.todosnos.unicamp.br/ Diferenças/Artigos/Revistas/EticaInclusao.doc](http://www.todosnos.unicamp.br/Diferencas/Artigos/Revistas/EticaInclusao.doc)- Acesso em 20 de maio de 2015.

MRECH, Leny Magalhaes , **Os principais Paradigmas da Educação Especial**, trabalho apresentado em Natal, em março de 1999

SILVA, Maria de Fátima M. Caldeira ; FACION, José Raimundo. **Perspectiva da Inclusão Escolar e sua Efetivação**. In: FACION, José Raimundo (org.). **Inclusão Escolar e suas Implicações** . 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

UNESCO. **A Educação Especial – Situação atual e Tendências na Investigação**. Ediciones Sígueme, 1968, p. 12.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE,1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencatro (org). **Projeto Político pedagógico: Uma Construção Possível**, Campinas , SP : Papyrus, 1995.

WALLON, Henri , **Do Ato ao Pensamento**. Lisboa , Portugália Editora, 1977, p. 89.

